questões. Se não respondeu, pelo menos indicou, pelo menos indicar indicou.

Eu quero chamar a atenção para o seguinte: as pessoas estão falando em licença-prêmio. O próprio nome "licença--prêmio"... As pessoas falam: "Poxa, mas é um prêmio, uma licença, o que é isso?".

Vocês sabem o que significa licença-prêmio? Licença-prêmio é aquele servidor, aquele funcionário que trabalhou cinco anos interruptamente sem ter faltas. Portanto, ele tem direito à licença-prêmio, mas é com pecúnia.

Então, ele não vai perder a licença-prêmio, ele vai perder o direito de transformar em dinheiro essa licença, o que faz uma diferença na vida do funcionário. Às vezes ele vai comprar uma casa, ele não tem um carro, ele precisa, sei lá...

Nesta crise econômica, antes até do coronavírus... Então a licença-prêmio é isso. A licença-prêmio não é uma benevolência, é a dedicação de um funcionário que ficou cinco anos sem faltar. Essa é a licença-prêmio, que precisa ser entendida dessa forma.

Por isso, quando nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, fizemos a discussão, a gente fez a discussão do seguinte: a gente topa escalonar e inclusive fazer a discussão do subsídio dos deputados escalonado. Também tem que ser justo, porque os 30% que me pegam não são os mesmos 30% que pegam outro deputado.

Você fala: "Mas por que, deputada? O outro trabalhou mais". Não. O outro pode ter salários maiores que o meu, então faz uma diferença, tem diferença. Então por isso escalonar, mas a gente não está propondo escalonar para baixar dos 30, a gente faz o contrário, pegando dos 30 e chegando até 50%. É uma belíssima proposta, uma proposta que, para mim, acho que dá perfeitamente para abrir mão de mexer com os funcionários comissionados.

Verba de gabinete? Perfeito, não estamos gastando. Nós já não gastávamos, eu já não gastava, e não vamos gastar. Então vai dar para fazer uma bela enxugada, né? Nós não estamos gastando água, não estamos gastando luz, não estamos gastando com telefonia na Alesp, então tudo isso é uma forma de enxugar e, com isso, deixar fora os funcionários comissionados.

Eu tenho isso talvez como princípio por ser parte dos servidores públicos. Eu não quero sonhar que está na cabeça do governador Doria, por exemplo, cortar os salários dos servidores públicos do estado de São Paulo, porque não vai dar para ele falar assim: "Eu vou cortar da Educação, mas não vou cortar....". Vai ter que ter um jeito de cortar.

Agora, sobretudo, ele está precisando dos servidores públicos, porque esse coronavírus, a Covid-19, veio para dizer o seguinte: na hora da encrenca, a iniciativa privada não dá conta, quem dá conta é o Estado, e o Estado tem que entrar com tudo, inclusive ajudando a iniciativa privada. Não vou nem polemizar com isso, porque eu sou favorável a que tenha emprego, que a sociedade possa comer, que a sociedade possa, de certa maneira, sobreviver.

Eu quero chamar a atenção para o seguinte: nesse enxugamento todo, eu fiz uma polêmica já quando foi aprovado aquele dinheiro de fundos para ser destinado para alguns fins, foi referente à alimentação dos estudantes.

Veja bem, nós temos três milhões e 700 mil, e só 700 mil estão recebendo o ticket de 55 reais. Os três milhões estão fora, mas, em tempos normais, eles não iriam receber? Não ia ter que dar comida para todo mundo? Porque é calculado 1,90 per capita, o que dá os 55 reais que o governador - aliás, a equipe econômica - transformou no vale alimentação.

Quer dizer então que em tempos normais esses não comem então? Vão ser só 700 mil? Isso é um contrassenso. Isso é, no mínimo, segurança alimentar para os alunos e alunas das escolas públicas deste estado. Não fazer isso é no mínimo tentar enxugar, e daí vem para a Alesp fazer enxugamento também.

Eu não vou discutir, eu já disse que tenho total acordo com a emenda que a nossa bancada vai apresentar, está certo? Tenho total acordo, de 30 a 50%, de acordo com o imposto de renda de 2019. Acho perfeito, está perfeita a proposta, e nós vamos apresentar essa proposta porque entendemos que ela dá conta inclusive de cobrir, em alguns casos, essa questão dos comissionados.

Peço, Srs. Deputados e Sras. Deputadas... É regime de urgência, mas regime de urgência não quer dizer não debater. Pelo contrário, quando você coloca em urgência algo, a urgência em si tem que nos levar a algumas discussões, né?

Por exemplo, as gratificações. Também sobre elas todas vai... (Inaudível.) Todas as demais também 20%, quer dizer, é algo que não poderia ter essa volatilidade, não poderia ser volátil assim.

Eu não tenho tanta segurança, deputado Cauê Macris, presidente, porque, veja bem, no início desta legislatura, o procurador derrubou o formato de composição dos gabinetes, ou não? Não era legal? Não estava dentro da legalidade?

A Mesa não poderia ter decidido que poderiam ser 32 cargos? Lembram disso? Aí imediatamente teve que diminuir para 20, meio que dispensar doze. Eu lembro que houve uma correria por todos os gabinetes. Eu achava mais justa essa forma de composição dos gabinetes.

Então, eu não tenho tanta certeza se os funcionários comissionados, diante de um tempo de serviço, se isso não caracteriza um vínculo e que por isso ele tenha direito, sim, a recorrer. Eu acho que o direito é um pouco disso, a questão da interpretação dele, de certa maneira...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Professora Bebel, preservado o tempo de V. Exa... Vossa Excelência tem três minutos e 20 segundos, mas encerrou o tempo da sessão, então eu vou ter que encerrar esta sessão. Daqui 10 minutos eu devolvo o tempo a V. Exa. para concluir a sua sala. Perfeito?

Então, esgotado o tempo da presente sessão, lembro os deputados que em 10 minutos abriremos a segunda sessão extraordinária.

Está levantada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 17 horas.

* * *

23 DE ABRIL DE 2020
8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão o requerimento de urgência ao PR 13/20.

2 - ENIO LULA TATTO

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Determina um minuto de silêncio em homenagem a Theodosina Rosário Ribeiro, ex-deputada, falecida ontem.

4 - CARLÃO PIGNATARI

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

5 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Explica item referente à licença-prêmio.

7 - CARLA MORANDO

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Comenta acréscimo de 407 mortes no País, em um dia, em razão da Covid-19.

9 - WELLINGTON MOURA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

10 - MARCIO DA FARMÁCIA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

11 - VALERIA BOLSONARO

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

12 - MÁRCIA LULA LIA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

13 - CEZAR

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

14 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

15 - RAFAEL SILVA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

16 - CARLOS GIANNAZI

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

17 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Tece considerações sobre o valor da economia pleiteada pelo PR 13/20.

18 - GIL DINIZ

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Convoca duas sessões extraordinárias em ambiente virtual, a serem realizadas amanhã, a primeira às 14 horas e 30 minutos, e a segunda dez minutos após o término da primeira. Determina um minuto de silêncio em homenagem ao ex-deputado Vitor Sapienza, vitimado pela Covid-19. Lembra sessões extraordinárias em ambiente virtual, a serem realizadas amanhã, a primeira às 14 horas e 30 minutos, e a segunda dez minutos após o término da primeira. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS – PSDB – Discussão e votação em regime de urgência do Projeto de resolução nº 13, de 2020.

Antes de chamar o próximo inscrito, só faço uma consideração: temos mais duas horas e meia de sessão e mais muitos inscritos. Se todos utilizarem o seu tempo regimental, nós não conseguiremos deliberar o requerimento de regime de urgência hoje.

Então, faço esta consideração e faço um apelo aos senhores deputados que a gente consiga fazer a deliberação hoje, perfeito? Por três minutos e 20 segundos que ficaram remanescentes da sessão anterior, eu devolvo a palavra à Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado, eu vou passar a minha palavra para o deputado Enio.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. É regimental, vocês podem passar a palavra para quem quiserem.

O deputado Enio Tatto tem o tempo remanescente da Professora Bebel. Peço para ativar o áudio. Agora sim, o deputado Enio Tatto tem a palavra.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Obrigado, Professora Bebel, pela sua gentileza. Cumprimento todos os deputados e deputadas e o presidente Macris.

Estou muito feliz com esta proposta que apresentamos e pelo nível e grandeza dos debates que tivemos até agora, mesmo no momento em que a gente está discutindo apenas a urgência. Creio que temos que aprovar a urgência hoje, para depois a gente entrar no debate, no mérito mesmo, sobre esse Projeto de Resolução.

Que bom que está acontecendo isso. Cada pessoa que fala, a gente sempre tira alguma coisa boa, ou então reafirma algumas convicções e começa a ter mais certeza daquilo que defendemos.

A Assembleia Legislativa está sendo protagonista no Brasil todo, tanto é que já foi falado: a Câmara Municipal está no mesmo caminho. Acho que todos os legislativos estaduais continuarão neste mesmo ritmo e vai chegar, sim, pode ter certeza, depois deste ato da Assembleia Legislativa, no Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, nas autarquias, no Executivo.

Estou muito feliz e vou me inscrever depois para discutir o mérito, na hora de debater o projeto, porque a gente está sendo protagonista a nível nacional de uma coisa positiva. Que bom. São Paulo precisa tanto de protagonismo a nível nacional, e a Assembleia Legislativa está sendo pioneira.

É verdade, respeito todas as críticas da forma que foi feito, mas precisava ser feito de alguma maneira. Então, a proposta da Mesa, que nem tudo que está aí eu sou favorável, nós nos baseamos em cima do que? De sugestões de deputados, de estudos da própria Assembleia Legislativa, e apresentamos esta proposta.

É uma proposta que está sendo debatida, como o presidente sempre colocou, é apenas uma proposta e a gente vai começar a debater. Não existe nenhum item que não possa ser modificado, melhorado, aperfeiçoado ou corrigido.

Então, parabéns à Assembleia Legislativa, parabéns a todos os deputados e deputadas e - modéstia à parte - parabéns à Mesa Diretora por ter apresentado essa proposta inédita nos legislativos do Brasil para ser debatida.

Era isso, Sr. Presidente.

Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Enio Tatto. Antes de chamar o próximo orador, que é o deputado Carlão Pignatari, a solicitação da deputada Monica, que a gente faça um minuto de silêncio pelo falecimento da nossa primeira deputada negra, a deputada Theodosina. Peço um minuto de silêncio a todos os parlamentares.

* * *

- É feito um minuto de silêncio.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Gesto do Poder Legislativo em memória e reconhecimento ao falecimento da primeira deputada negra do nosso legislativo paulista. Com a palavra agora, o deputado Carlão Pignatari. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Uma fala muito breve: primeiro, presidente, que eu não quero acreditar que os deputados que estão obstruindo a votação da urgência deste importante projeto para a Assembleia Legislativa de São Paulo queiram votar contra a redução do próprio salário, porque é isso que está dando a entender.

A partir do momento que você está começando a obstruir apenas um regime de urgência é porque não queremos votar o projeto. A partir do regime de urgência, se for aprovado ou não, nós temos ainda amanhã para colocar emenda, se fosse aprovado hoje, temos um congresso de comissões para acatar as emendas que forem aprovadas, ou não e, aí sim, começar a discussão do mérito do projeto.

Então, quero cumprimentar a Mesa Diretora, todos os deputados - não só o senhor, presidente, deputado Cauê Macris, mas o deputado Milton, deputado Enio Tatto -, a assessoria jurídica da Casa, a Procuradoria, a SGP, cumprimentar a todos.

Dizer o seguinte: estou apresentando emendas para deixar claro que este projeto é um projeto de interesse do Legislativo de São Paulo e não do governo de São Paulo. Um projeto em que nós deputados estamos dando um bom exemplo para a sociedade paulista.

Estou colocando uma emenda que este recurso, se porventura for aprovado por nós deputados, seja colocado em uma conta específica - ou na Secretaria de Governo ou na própria Secretaria da Fazenda – em que o presidente da Assembleia Legislativa nomeia uma comissão de deputados da Casa para que a gente possa destinar onde será investido este recurso. Acho que é de extrema importância.

Aí sim, nós estamos melhorando, este projeto está aí para ser melhorado. Pode ser em cesta básica, auxílio-alimentação para alunos das escolas estaduais, equipamentos para os hospitais públicos, não só filantrópicos, mas também municipais.

Os hospitais municipais de São Paulo têm uma deficiência enorme e nós poderíamos ajudá-los e também os municípios que vão sair dessa crise com dificuldade de pagar a remuneração de servidores. Acho que é muito claro, nós podemos, sim, ajudar a melhorar.

Acho que reduzir em 30, em 40, em 50, enfim, 60% - o que a maioria dos deputados quiser - o subsídio dos deputados, eu concordo. Concordo também com a redução de 20% dos nossos assessores, dos nossos cargos em comissão.

As pessoas têm que sair desta redoma em que nós estamos no Poder Legislativo e ir para fora, no mercado de trabalho, ver quanto é que estão ganhando as pessoas. Ver quanto estão ganhando os funcionários das indústrias que estão parados por uma resolução do governo federal.

Eles estão ganhando 80, 60, 70% do que ganhavam, com o auxílio do governo federal, e as empresas estão paradas. Então, nós temos que pensar não só no nosso entorno, na nossa Casa.

Nós temos que ajudar a ter uma economia para que a Presidência e uma comissão de deputados destinem da melhor maneira possível onde serão aplicados esses recursos, que serão uma economia, sim, do Legislativo paulista.

Eu gostaria de cumprimentar, Sr. Presidente, em nome do senhor, a toda a Mesa Diretora. Quando eu ouço os deputados falarem "Não, mas eu queria ter discutido..."; se nós não estamos conseguindo votar urgência, quando nós íamos discutir um projeto, quanto tempo nós iríamos ficar perdendo discutindo um projeto de tamanha grandeza deste para o povo de São Paulo? É essa a discussão que nós temos que fazer.

E, no projeto que estamos construindo, que o Vinícius Camarinha está coordenando, com as opiniões de todos os deputados, ali sim nós vamos colocar, estamos propondo a redução de 30% dos subsídios do governador, do vice-governador, dos secretários de estado, dos presidentes de autarquias e empresas públicas de São Paulo.

Ali sim, nós estamos propondo, além disso, de descontar 20% dos salários dos comissionados de todas as secretarias, empresas e autarquias do estado de São Paulo também.

Não só isso, nós faremos a proposta para que seja reduzido também, no Tribunal de Justiça, o salário dos desembargadores, dos juízes, 30% do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado, da Defensoria Pública do Estado e também dos seus funcionários comissionados, porque nestes órgãos também têm funcionários comissionados.

É ali que nós temos que fazer, é isso que nós temos que fazer. Então, eu acho que nós temos que aprovar rapidamente a urgência e, a partir daí, discutir as emendas para melhorar o projeto de resolução da Mesa. É isso que faz um parlamento rápido e ágil como o nosso. Nós estamos dando um belo exemplo para a sociedade brasileira.

Muito pouco os legislativos se mexeram antes deste projeto de resolução da Mesa, que foi muito bem feito e muito bem estudado: o repasse do fundo, o desconto de até 40% dos contratos de serviços e obras da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Nós temos uma condição ímpar de dar um belo exemplo aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Era apenas isso, Sr. Presidente. Eu gostaria de dizer aos deputados: vamos fazer um esforço para que nós possamos juntos, primeiro, acatar uma emenda que a gente faça numa conta especial, em que a diretriz desta conta será feita por uma comissão de deputados nomeados pelo presidente da Assembleia, da qual eu não quero fazer parte, já digo de antemão, como não fiz na outra comissão.

Acho que temos que fiscalizar e cobrar o governo, sim, mas nós temos que demonstrar a nossa boa vontade de fazer rapidamente um corte substancial nas despesas da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Parabéns, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Carlão. Já cumprimento Vossa Excelência por não ter utilizado o tempo total e faço um apelo aos deputados: se puderem ser o mais breve possível em suas falas, para conseguirmos votar o regime de urgência ainda hoje.

O próximo inscrito é o deputado Jorge do Carmo. Tem a palavra o deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Vossa Excelência precisa ligar o áudio do seu computador, deputado Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Agora sim, Sr. Presidente. Está me ouvindo? Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público da TV Alesp, todos que nos assistem neste momento de excepcionalidade, infelizmente, em razão deste inimigo comum que nos assola e nos atinge.

Esperamos em Deus e em breve estarmos de volta no plenário da Assembleia Legislativa, discutindo os problemas cotidianos do Brasil, da cidade de São Paulo e do estado do São Paulo, em especial, e passarmos esta crise sanitária. Infelizmente, temos que ficar no isolamento social, mas trabalhando virtualmente, como estamos agora.

Cumprimentar Vossa Excelência e, na sua pessoa, cumprimentar toda a Mesa por ter apresentado e construído uma proposta para nós discutirmos aqui em regime de urgência do Projeto de resolução 13, de 2020.

Dizer, Sr. Presidente, que achei desnecessário que a gente - os deputados, estou falando por mim, certamente outros também – tenha ficado sabendo das regras, dos pontos a serem discutidos aqui pela imprensa.

Acredito que deveríamos deixar para dar publicidade tão somente depois que aprovássemos aqui na Assembleia Legislativa, até porque o que foi apresentado na imprensa, na televisão, pode ser mudado, pode ser alterado, até porque estamos ainda discutindo as ações da Alesp no combate ao coronavírus, à Covid-19. Acho necessário que a Assembleia, que os deputados façam um gesto, porque estamos em momento de excepcionalidade.

Por isso quero ouvir quem me antecedeu, nosso líder do governo, Carlão Pignatari, e eu ia exatamente questionar. Nós estamos apresentando aqui em discussão uma proposta, mas o Poder Executivo e os secretários, e os altos cargos do Poder Executivo não irão fazer um gesto?

O deputado líder Carlão Pignatari acabou de afirmar, e eu quero acreditar que seja verdade, que o Poder Executivo também precisa fazer o gesto, porque não são altos salários, e eu não acho que deputado ganha muito, nem acho que os assessores ganham tanto, mas estamos vivendo um momento de solidariedade, de fazermos um gesto no sentido de que devemos destinar uma parte dos nossos vencimentos, nosso subsídio, para o combate da Covid-19.

Quero antes de adentrar na questão do projeto de resolução, Sr. Presidente, falar que eu sou deputado estadual, mas tenho a minha atuação mais forte na zona leste da cidade de São Paulo.

Tenho visto que o governador e o prefeito da cidade de São Paulo já instalaram três hospitais de campanha na cidade de São Paulo. Um deles lá no Pacaembu, outro no Anhembi, que também está funcionando parcialmente, e um outro nas dependências do Ibirapuera. São regiões que precisam de hospitais de campanha, precisam de uma atenção especial.

Mas quero chamar atenção para a necessidade da instalação de um hospital de campanha na zona leste, especialmente na região mais extrema da capital de São Paulo. Nós temos visto que os hospitais públicos da zona leste, três deles anunciados pela imprensa semana passada, pela "Folha de S. Paulo", o Hospital Cidade Tiradentes, o Hospital Tide Setubal e o Hospital Ermelino Matarazzo já estão com 100% dos seus leitos de UTI ocupados.

Evidente que hospitais de campanha não resolvem os problemas de vagas ou leitos das UTIs, mas desafogam os outros leitos nesses hospitais. Nós temos visto que os bairros da zona leste têm sido, por uma questão óbvia de serem mais periféricos, de ter mais aglomerações, de ter mais comunidades que infelizmente não conseguem viver se não forem muitas pessoas na mesma casa, e infelizmente estão mais expostos a esse risco, a esse vírus invisível que nos assola.

Propusemos para o secretário de Saúde do Estado José Henrique Germann, e também para o secretário municipal de Saúde, Edson Aparecido, a instalação de um hospital de campanha em um estacionamento da Arena Corinthians no estádio de Itaquera.

O estádio está ocioso, até porque todas as atividades esportivas estão suspensas, e tenho certeza que a direção do Corinthians não colocará nenhum óbice nessa questão, mesmo porque estamos vivendo um momento de excepcionalidade. Temos que ser solidários e dar as mãos. Então propusemos isso.

Conversei com o secretário José Aparecido, secretário de Saúde do município de São Paulo. Ele disse que está estudando isso. Vi hoje uma matéria do "Estadão". Esperamos que os nossos dois secretários, assim como o prefeito Bruno Covas e o governador João Doria se sensibilizem com a população da zona leste.

É necessária a instalação de um hospital de campanha na zona leste de São Paulo por conta de todas as questões atingidas por essa Covid-19, esse vírus que prejudica todos nós e está assolando a população, especialmente na zona leste.

Deixo aqui essa reivindicação para que os secretários, o governador e o prefeito instalem um hospital de campanha nas dependências da Arena Corinthians em Itaquera para amenizar o sofrimento do povo da nossa região da zona leste de São Paulo.

Sr. Presidente, também quero falar rapidamente dos projetos que os deputados apresentaram na Casa, na Assembleia Legislativa, em razão dessa urgência, dessa calamidade pública que o estado e a nossa cidade e todas as cidades do estado de São Paulo estão vivendo.

Quero falar exatamente de um dos projetos urgentes, e tem um deputado que coordena isso, o deputado Vinícius Camarinha, um excelente deputado, competentíssimo deputado.

Eu apresentei - tenho certeza que os colegas também apresentaram outros projetos - um projeto de lei e ganhou o número 157/2020, que versa sobre a isenção do pagamento das prestações das famílias residentes em conjuntos habitacionais da CDHU.

Ou seja, as pessoas que têm dificuldades, não têm renda nesse momento, e as contas não deixam de chegar.

Então, as famílias que estão passando por essas dificuldades e que moram em conjuntos da CDHU, entendo que seja competência e sensibilidade do governo do estado e do presidente da CHDU, da direção da CDHU, isentar por um período, e a proposta do nosso projeto é que no período de quatro meses ou enquanto perdurar a pandemia do coronavírus Covid-19.

Entendo que esse projeto tenha um cunho social e solidário, porque as famílias que têm dificuldade, imagine não ter dinheiro para comprar comida, e nós estamos vendo a dificuldade que é para liberar os 600 reais que o governo Bolsonaro, diga-se e é importante frisar que queria só oferecer 200 reais, mas os partidos de esquerda lá na Câmara Federal conseguiram alterar isso e melhorar para 600 reais, que ainda não é o ideal. Mas as pessoas estão tendo dificuldade para comprar comida, comprar o básico e o necessário.

Infelizmente chegam as contas da Enel, as contas da Sabesp, as contas de telefone, enfim, todas as contas e a conta do pagamento da prestação da CDHU. Por isso esse projeto é um projeto de cunho social e solidário.

Outro projeto, Sr. Presidente, é o Projeto 222, de 2020 também, que autoriza o governo do Estado a utilizar os recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, com a anuência do Condeca, que é o órgão deliberativo desses fundos, para a utilização desse recurso no combate à pandemia e especialmente para a criança e o adolescente, as famílias que mais precisam de recurso para sobreviver e passar essa crise sanitária que nos assola.

E por isso, por que estou falando desses projetos, Sr. Presidente? Porque ninguém fala nada. Encaminhei para a nossa bancada, já falei com o nosso líder, o Camarinha, ele está cuidando, mas não tem deliberação.

Eu peço a V. Exa., eu tenho certeza que outros colegas também têm projetos importantes, projetos relevantes, e não é porque é um projeto meu, de minha autoria, é um projeto de cunho social, solidário, e eu tenho certeza que isso deve ser discutido na Casa.

Nós estamos em isolamento social, mas estamos prontos a dar a nossa contribuição e ajudar politicamente no sentido de fortalecer e amenizar o sofrimento das famílias que precisam.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero pedir que V. Exa. converse com o nosso deputado. Eu não sei qual é o encaminhamento disso, porque não sabemos. Isso é urgente também.

Assim como foi urgente votar o regime de calamidade pública, os PDLs que nós votamos aqui nesta Casa, assim como foi urgente votar a desvinculação dos fundos, é também urgente os outros projetos que sejam de deputados.

Por isso faço um apelo a V. Exa. que possa nos ajudar a discutir e colocar em pauta os projetos dos deputados, dos colegas. E assim como esses dois que eu citei, tenho certeza que outros deputados têm projetos de extrema relevância.

E para falar um pouco do Projeto de resolução 13/2020, Sr. Presidente, eu quero dizer que eu sou favorável à redução dos subsídios dos deputados. É evidente que os 30% dos deputados não resolvem um problema, mas nós precisamos fazer um gesto, nós precisamos dizer qual é a nossa sensibilidade e ajudar um pouco nessa crise.

Agora, acho que poderíamos, Sr. Presidente, fazer um escalonamento e, como foi falado já com meus colegas de bancada, sou favorável à proporcionalidade, que a gente possa discutir a proporção, porque têm deputados que têm mais condições, têm deputados que têm patrimônio, e outros são proletários como eu.

Tenho certeza que todos os deputados também são trabalhadores como todos são, mas que têm menos condições. Então, eu sou deputado para fazer política pública, para defender políticas públicas. Eu dependo daquilo que recebo para eu produzir política e para estar à disposição da sociedade paulista.

Por isso eu sou favorável à redução dos 30% do subsídio dos deputados, assim como também sou favorável à redução dos 30% dos subsídios das verbas de gabinete. Acho que dá para reduzir nesse momento de excepcionalidade, dá para reduzir.

Sou também favorável aos 70% da utilização dos fundos da Alesp, e sou contrário à redução da licença-prêmio. Agora sou radicalmente e intransigentemente contra à redução de 20% dos salários dos servidores, sejam eles estatutários ou comissionados, assim como no vale-alimentação e vale-refeição, que são benefícios. Então acho que devemos discutir melhor esse projeto e dialogar melhor sobre ele.

O Partido dos Trabalhadores apresentou emendas, apresentou propostas, sugestões, e nós queremos dialogar. Eu sei